



Boletim de Legislação



EJEF - *escala que forma e informa*

Nº 798 – 04 de dezembro de 2024

Abrangência: 23/11/2024 a 29/11/2024

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 12.277	DOU; 29/11/2024	Institui o Programa Rotas Negras.	Dec. 12.277 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 12.278	DOU; 29/11/2024	Institui a Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro e de Matriz Africana.	Dec. 12.278 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 15.033	DOU; 27/11/2024	Autoriza transferência de capital, a título de contribuição, mediante celebração de convênios entre a União e as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs), em atenção ao disposto no § 6º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.	Lei 15.033 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 15.035	DOU; 28/11/2024	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7.12.1940 (Código Penal), para permitir a consulta pública do nome completo e do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) das pessoas condenadas por crimes contra a dignidade sexual, garantido o sigilo do processo e das informações relativas à vítima, e a Lei nº 14.069, de 01.10.2020, para determinar a criação do Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais.	Lei 15.035 (Site da Presidência da República)
LEI COMPLEMENTAR Nº 210	DOU; 26/11/2024	Dispõe sobre a proposição e a execução de emendas parlamentares na lei orçamentária anual; e dá outras providências.	Lei Compl. 210 (Site da Presidência da República)

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.276	DOU; 25/11/2024	Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, e a Lei nº 14.944, de 31 de julho de 2024, para dispor sobre medidas para prevenção e combate a incêndios florestais.	Med. Provis. 1.276 (Site da Presidência da República)
-------------------------------	--------------------	--	--

ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL/INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL/DIRETORIA DE BENEFÍCIOS E RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 1.240	DOU; 27/11/2024	Altera o Livro I das Normas Procedimentais em Matéria de Benefícios, que disciplina os procedimentos e rotinas que versam sobre cadastro, administração e retificação de informações dos Segurados e Beneficiários no âmbito do INSS, aprovado pela Portaria Dirben/INSS nº 990, de 28 de março de 2022.	Port. 1.240 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL/INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 175	DOU; 29/11/2024	Altera a Instrução Normativa PRES/INSS nº 138, de 10 de novembro de 2022, que estabelece critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamento de crédito consignado, contraídos nos benefícios pagos pelo INSS.	Instr. Norm. 175 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 704	DJE/STJ; 27/11/2024	Dispõe sobre a data de migração das publicações dos atos judiciais do Superior Tribunal de Justiça para o Diário da Justiça Eletrônico Nacional.	Port. 704 (Site do STJ)
SÚMULA Nº 674	DJE/STJ; 25/11/2024	A autoridade administrativa pode se utilizar de fundamentação <i>per relationem</i> nos processos disciplinares.	Súmula 674 (Site do STJ)
SÚMULA Nº 675	DJE/STJ; 25/11/2024	É legítima a atuação dos órgãos de defesa do consumidor na aplicação de sanções administrativas previstas no CDC quando a conduta praticada ofender direito consumerista, o que não exclui nem inviabiliza a atuação do órgão ou entidade de controle quando a atividade é regulada.	Súmula 675 (Site do STJ)

ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 393	DJE/CNJ; 28/11/2024	Divulga as listas oficiais e atualizadas de que tratam a Resolução CNJ nº 584/2024, que dispõe sobre o uso dos sistemas de pesquisa de dados e busca de bens para constrição patrimonial disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça.	Port. 393 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 595	DJE/CNJ; 26/11/2024	Dispõe sobre a padronização dos exames periciais nos benefícios previdenciários por incapacidade e sobre a automação nos processos judiciais previdenciários e assistenciais, por meio do Prejud.	Res. 595 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 596	DJE/CNJ; 26/11/2024	Dispõe sobre a presidência da comissão de concurso encarregada de realizar o Exame Nacional dos Cartórios (ENAC).	Res. 596 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 597	DJE/CNJ; 26/11/2024	Altera a Resolução CNJ nº 72/2009, que dispõe sobre a convocação de juízes de primeiro grau para substituição e auxílio no âmbito dos tribunais estaduais e federais, para prever a possibilidade de convocação de juízes de primeiro grau para auxílio nas Corregedorias.	Res. 597 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 598	DJE/CNJ; 26/11/2024	Estabelece as diretrizes para adoção de Perspectiva Racial nos julgamentos em todo o Poder Judiciário, definidas no protocolo elaborado pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria Presidência nº 73/2024.	Res. 598 (Site do CNJ)

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PROVIMENTO Nº 184	DJE/CNJ; 27/11/2024	Estabelece normas gerais para a realização do Exame Nacional de Cartórios – ENAC pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ e dá outras providências.	Prov. 184 (Site do CNJ)
PROVIMENTO Nº 185	DJE/CNJ; 28/11/2024	Altera a Tabela de Temporalidade de Documentos anexa ao Provimento n. 50, de 28 de setembro de 2015, a fim de adequar o prazo de guarda de depósito, ficha de depósito, abertura de firma e livro de reconhecimento de firma como autêntica.	Prov. 185 (Site do CNJ)
PROVIMENTO Nº 186	DJE/CNJ; 28/11/2024	Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para adequar a redação do § 5º do seu art. 356 ao teor do § 3º do art. 14 da Lei n. 9.492/1997, incluído pela Lei n. 14.711/2023 (Marco Legal de Garantias).	Prov. 186 (Site do CNJ)

LEGISLAÇÃO MINEIRA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 48.945	Minas Gerais; 27/11/2024	Institui o Pacto pela Saúde dos Mineiros – Parceria para Formar e Salvar Vidas e altera o Decreto nº 48.600, de 10 de abril de 2023, que dispõe sobre as normas de transferência, controle e avaliação dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde.	Dec. 48.945 (Site da ALMG)
DECRETO Nº 48.946	Minas Gerais; 27/11/2024	Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.	Dec. 48.946 (Site da ALMG)
LEI Nº 25.033	Minas Gerais; 27/11/2024	Acrescenta artigo à Lei nº 19.974, de 27 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a comercialização, por restaurantes, bares e similares, de produtos com preço definido por peso no cardápio.	Lei 25.033 (Site da ALMG)
LEI Nº 25.038	Minas Gerais; 28/11/2024	Institui a política estadual de trabalho com apoio para pessoas com deficiência.	Lei 25.038 (Site da ALMG)
LEI Nº 25.040	Minas Gerais; 28/11/2024	Altera a Lei nº 13.799, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a política estadual dos direitos da pessoa com deficiência e cria o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.	Lei 25.040 (Site da ALMG)
LEI Nº 25.042	Minas Gerais; 28/11/2024	Acrescenta dispositivo ao art. 2º da Lei nº 13.799, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a política estadual dos direitos da pessoa com deficiência e cria o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.	Lei 25.042 (Site da ALMG)

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO CONJUNTO Nº 134	DJE; 26/11/2024	Avisa sobre a possibilidade de juízes(as) de direito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais participarem, nos meses de janeiro a abril de 2025, de ações coordenadas de cooperação na 2ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Passos, para realização de audiências de instrução e julgamento em processos criminais de violência doméstica e familiar contra a mulher e prolação de sentenças nos feitos instruídos.	Aviso Conj. 134 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.946	DJE; 26/11/2024	Dispensa juíza leiga de sua função em unidade jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.	Port. 6.946 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 6.947	DJE; 28/11/2024	Altera a Portaria da Presidência nº 6.790, de 19 de agosto de 2024, que “Designa integrantes da Comissão de Recepção de Autoridades, Honraria e Memória, de que trata a alínea “h” do inciso IX do art. 9º do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais”.	Port. 6.947 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.948	DJE; 28/11/2024	Dispensa juíza leiga de sua função em unidade jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.	Port. 6.948 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.949	DJE; 29/11/2024	Dispensa juiz leigo de sua função em unidade jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.	Port. 6.949 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.622	DJE; 25/11/2024	Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 1.480, de 12 de julho de 2023, que “Estabelece os critérios de utilização do Canal ‘Fale com o TJMG’ e as regras de tramitação a serem seguidas pelas unidades competentes para tratamento das demandas geradas na plataforma”.	Port. Conj. 1.622 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.623	DJE; 26/11/2024	Institui o Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais - CEIMPA-MG.	Port. Conj. 1.623 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 56	DJE; 28/11/2024	Avisa sobre a obrigatoriedade de expedição de mandados de prisão e alvarás de soltura diretamente no Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões - BNMP 3.0, bem como sobre a necessidade de indicação do prazo de validade de 1 (um) ano nos mandados de prisão civil, para o respectivo lançamento.	Aviso 56 (Site do TJMG)
AVISO Nº 57	DJE; 29/11/2024	Avisa sobre o resultado do sorteio público para desempate de delegatárias com o mesmo tempo de titularidade na Comarca de Ouro Branco, para fins da acumulação de que trata o art. 300-L da Lei Complementar estadual nº 59, de 18 de janeiro de 2001.	Aviso 57 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.238	DJE; 29/11/2024	Reconduz juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Curvelo.	Port. 8.238 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.239 (EXTRATO)	DJE; 27/11/2024	Instaura Sindicância Administrativa e designa Comissão Sindicante.	Port. 8.243 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.240	DJE; 29/11/2024	Reconduz juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Guanhães.	Port. 8.240 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.241	DJE; 28/11/2024	Designa juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Almenara.	Port. 8.241 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 8.242	DJE; 26/11/2024	Altera dispositivos da Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 5.658, de 8 de agosto de 2018, que dispõe sobre o envio dos atos a serem disponibilizados no Caderno Administrativo da Segunda Instância do Diário do Judiciário eletrônico - DJe, na seção da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - CGJ.	Port. 8.242 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.243	DJE; 28/11/2024	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Andradas.	Port. 8.243 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.244	DJE; 28/11/2024	Reconduz juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de São Gotardo.	Port. 8.244 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.245	DJE; 28/11/2024	Reconduz juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Ibirité.	Port. 8.245 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.246	DJE; 11/11/2024	Reconduz juíza de direito para o exercício das funções de Juíza Corregedora de presídios da Comarca de Pirapora.	Port. 8.246 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.248	DJE; 28/11/2024	Determina a realização de Inspeção Técnica na Comarca de Bocaiúva para fiscalização dos serviços notariais e de registro.	Port. 8.248 (Site do TJMG)

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca
Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br

Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br. O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.